



Produtores de cachaça querem promover marca de Januária

Por Dener Guedes Mendonça

A cachaça de Januária é considerada uma das melhores do Brasil e possui boa aceitação dos clientes. Apesar disso, ainda não se fixou no mercado comercial como uma marca expressiva, “Cachaça de Januária”. Atualmente, os produtores trabalham individualmente, mas acreditam que a formação de uma associação municipal poderia ajudá-los a ter mais competitividade no mercado.

Pág. 5

Moradores e estudo aponta problemas na coleta de lixo

Por Zilma Ribeiro Costa

Segundo pesquisa realizada por professores do Ceiva em 2010, Januária produzia diariamente 25 toneladas de resíduos. Apesar disso, a cidade não conta com um aterro sanitário apropriado para armazenamento e tratamento e nem com reciclagem.

Apesar do potencial produtivo, Januária compra alimentos de outras regiões

Por Priscila Souza

Januária precisa comprar alimentos de outras cidades para suprir sua demanda interna, apesar de existirem 27 mil famílias que trabalham com agricultura familiar. Segundo especialistas, o problema não é a falta de capacidade produtiva, mas dificuldade de armazenamento e escoamento da produção.

Pág. 7

Obras no Hospital Municipal só terminam em 2012

Por Soraia Amorim e Luana Carneiro

A ampliação do Hospital Municipal de Januária deve ficar pronta no ano que vem, segundo a Secretaria Municipal de Saúde. O Pronto Atendimento será transferido para o local e serão criados 40 novos leitos.

Pág. 3

ZILMA RIBEIRO COSTA



EDITORIAL

República do sigilo

Fábio Oliva

Garantir o acesso à informação pública no Brasil ainda se apresenta como um enorme desafio. A cultura do sigilo é um obstáculo a ser vencido. Ela se contrapõe ao dogma de que toda informação produzida com dinheiro público, é pública. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 consagrou o princípio da publicidade, inclusive sobre essas informações. Logo, a publicidade, o acesso às informações públicas é a regra. As exceções ficam por conta apenas daqueles casos em que o sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

O grupo de repórteres cidadãos que participou de curso recentemente ministrado em Januária pode sentir na pele que embora todos tenham direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, na prática a coisa é bem diferente. Mais de vinte anos depois de promulgada a atual Constituição, ainda hoje, especialmente na administração pública, o que impera é a regra do sigilo. O acesso é que é exceção.

Quando mais uma administração sonega informações ou as divulga de modo truncado, maiores são os indícios de irregularidades nela existentes. Afinal, não há motivo para se negar um direito tão fundamental, a não ser para esconder irregularidades, fraudes e outras maracutaias cometidas com recursos públicos nos intramuros da administração.

Esconder informações da população ou divulgar apenas aquelas que lhe convém não é um comportamento exclusivo da administração pública de Januária. Não é só aqui que isso acontece. Mas, ali e acolá vão surgindo experiências de administradores que não têm medo da verdade. Começam a surgir em várias cidades do país as salas da transparência. Um local destinado pelas prefeituras com infraestrutura, incluindo secretária, computador, fotocopiadora, computador, etc. O cidadão comparece à sala da transparência e pode pedir para ver qualquer documento público, sendo assegurado o direito de fotocopiar o que entender necessário.

Mesmo sob o surrado rótulo de administrações transparentes, a maioria de transparente não tem nada. Até aos vereadores, cuja função precípua é fiscalizar, nega-se o acesso às informações. O nível do sigilo imposto aos documentos públicos mede-se pelos escândalos. Quando mais falta de transparência, maior o número de escândalos em que a administração está envolvida. Ou seja, não adianta impor sigilo. As informações sempre acabam vazando, de uma maneira ou de outra.

No Brasil, e em Januária, principalmente, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir o direito de acesso à informação. Quem se der ao trabalho de consultar o site da Prefeitura de Januária, por exemplo, verá que no link “prestação de contas” não há nenhuma informação disponível, a não ser o lacônico aviso “aguardando conteúdo”.



Repórteres do projeto “Amigos de Januária” em ação, entrevistando um morador da cidade

AMIGOS DE JANUÁRIA

Um ciclo que começa

O curso de jornalismo cidadão “Amigos de Januária” aconteceu entre o início do mês de setembro e o meio de outubro. Ele foi idealizado pelas jornalistas Amanda Rossi e Jamila Venturini e se materializou com a união de forças do mundo inteiro: a Associação Amigos de Januária (Asajan), pessoalmente o jornalista Fábio Oliva que além de coordenador do projeto, foi um dos formadores do curso; a organização Rising Voices, que financiou parte dos custos; a ONG Artigo 19, que colaborou com passagens e com uma apresentação sobre acesso à informação; mais de 70 indivíduos que ajudaram a completar o financiamento através da plataforma Catarse; e a Escola Estadual Olegário Maciel, que cedeu seu espaço para o acontecimento dos encontros. Foi somente graças a cada uma dessas instituições e indivíduos que o projeto pôde se concretizar.

Durante o curso, doze jovens da cidade participaram de doze encontros, nos quais aprenderam a criar e atualizar blogs, escrever textos jornalísticos, acessar online dados sobre orçamento, população e educação e fazer pedidos de informação aos poderes públicos. Nesse período, o grupo de repórteres também produziu matérias sobre diversos temas relacionados à cidade, realizou a cobertura de eventos como o 7 de setembro e a festa de 151 anos de Januária, gravou vídeos e tirou fotos que estão todos no blog “Amigos de Januária” (<http://amigosdejanuaria.wordpress.com/>).

O objetivo do projeto Amigos de

Januária nunca foi que ele se acabasse ao final dos encontros. O que os coordenadores se propuseram desde o início foi simplesmente oferecer algumas ferramentas que ajudassem alguns jovens – inquietos e sonhadores – a monitorar e participar mais ativamente da gestão de sua cidade, estado e, por que não, o país.

Terminado o curso, a sensação é de satisfação por ter reunido e conhecido um grupo brilhante e de imenso potencial. Ao mesmo tempo, de ansiedade pela continuidade desse trabalho, que começou por conta do projeto mas que tem tudo para seguir em frente de maneira independente. As matérias publicadas nessa edição especial do jornal Folha do Norte mostram a maturidade de cada um dos participantes e os inúmeros desdobramentos que seus textos podem gerar.

Com a aprovação de uma Lei de Acesso à Informação em nível nacional (no momento em que este texto é escrito, a lei foi aprovada pelo Senado e aguarda sanção da Presidente da República), se ampliam ainda

mais as possibilidades de intervenção da população para monitorar os Poderes Públicos e exigir o bom uso do dinheiro público.

Assim, esperamos que o fim desse projeto seja na verdade o começo de algo maior. O curso foi apenas um pequeno passo, dadas as possibilidades que se abrem a partir de agora para o grupo de repórteres cidadãos Amigos de Januária. Não apenas para eles, mas para todos e todas que queiram se somar à luta por um país mais justo e igualitário.

Amanda Rossi, coordenadora e formadora do projeto “Amigos de Januária”, jornalista, criadora da reportagem multimídia “Tempo de Política” e uma das criadoras do documentário “Velha Januária”.

Fábio Oliva, coordenador e formador do projeto “Amigos de Januária”, jornalista, conselheiro da Amarribo Brasil e formando em Direito.

Jamila Venturini, coordenadora e formadora do projeto “Amigos de Januária”, jornalista, mestranda em Ciências Sociais com Orientação em Educação e uma das criadoras do do cumentário “Velha Januária”.



RisingVoices



ARTICLE 19

AMIGOS DE JANUÁRIA



REPÓRTERES CIDADÃOS POR UMA NOVA CIDADE

EDIÇÃO ESPECIAL

Folha do Norte “Amigos de Januária”

EXPEDIENTE

REPÓRTERES: Álysson Montieriton Alves Silva, Bianca Karen Cristger Leticia De Aguiar, Dener Guedes Mendonça, Hellen Sofia Lopes Ferreira, Lilian Alves Antunes, Loreci Gonçalves Farias, Luana Ramos Carneiro, Lucas Ferreira de Oliveira, Priscila Souza de Carvalho, Raniélly Moura Fagundes, Soraia Rodrigues de Amorim, Zilma Ribeiro Costa.

EDIÇÃO: Amanda Rossi, Fábio Oliva, Jamila Venturini e Tatiane Klein

DIAGRAMAÇÃO: Tatiane Klein

ARTE: Eduardo Paschoal

FINANCIAMENTO: Rising Voices, Artigo 19, apoiadores via plataforma Catarse

Dados do SUS dizem que Januária tem 71 médicos atendendo na rede pública

Segundo os Cadernos da Saúde do SUS (<http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/cadernosmap.htm>), Januária tem cerca de um médico do SUS para cada mil habitantes. Seriam 71 médicos atendendo pelo SUS na cidade, sendo quatro cirurgiões, cinco anestesistas, 23 clínicos, 13 ginecologistas, oito médicos da família, cinco pediatras, um psiquiatra e dois radiologistas. Além disso, existem doze cirurgiões dentista, um fonoaudiólogo, um nutricionista, oito farmacêuticos, dois psicólogos. Na área de enfermagem, são 73 auxiliares, 30 técnicos e 30 enfermeiros.

Apesar dos números, muitos pacientes continuam sem ser atendidos. É o caso de Geiciane F. S., professora e empresária. Ela conta que no dia 19 de setembro deste ano foi vítima de acidente de trânsito. "Fui atendida no local do acidente pelo Samu, depois que os vizinhos ligaram os chamando. Prestaram os primeiros socorros e fui levada ao pronto socorro. Lá fizeram o raio-X e imobilizaram a minha perna. Me disseram que não podiam fazer nada porque era fratura exposta, a única coisa que poderiam fazer era colocar meu nome na central de leitos e aguardar vaga em Montes Claros [maior cidade do Norte de Minas, a 175 km de Januária]".

Algumas horas depois, Geiciane foi atendida na cidade vizinha. A falta de cuidados ágeis, no entanto, poderia ter trazido graves consequências, comenta a acidentada. "O médico que me atendeu lá em Montes Claros disse que o maior risco que eu corria era adquirir uma grave infecção, pois até então não tinha sido feita a limpeza

do local fraturado. O correto é que essa limpeza seja feita até no máximo 6 horas após a lesão".

Além da falta de atendimento em Januária, Geiciane reclama que um exame feito na cidade não foi encaminhado para Montes Claros. "O hospital de Januária simplesmente sumiu com meu raio-X. Tive que aguardar mais um tempo para que fosse feito outro raio-X [em Montes Claros] e só assim ser internada", afirma. Após internação, Geiciane foi operada. "Hoje estou bem, apesar da revolta", conta ela.

O Secretário de Saúde, André Rocha, não confirma o número de profissionais mencionados nos Cadernos de Saúde do SUS. Também não confirma o número de equipamentos informados pelo IBGE, no site IBGE Cidades: três eletrocardiógrafos, seis aparelhos de raio-X, três mamógrafos, dois equipamentos de hemodiálise, uma ressonância magnética e um tomógrafo. O secretário confirma apenas o número dos eletrocardiógrafos, diz não existir nenhum equipamento de hemodiálise, ressonância magnética ou tomógrafo. Já com relação ao número de mamógrafos e de aparelhos de raio-X, o número real seria de apenas dois para cada equipamento.



O pronto atendimento será transferido para a área ampliada em construção



Primeira fase da ampliação do Hospital Municipal fica pronta este ano

SAÚDE

Obras no Hospital Municipal só termina em 2012

O Pronto Atendimento será transferido para o local em construção e serão criados 40 novos leitos

SORAIA RODRIGUES DE AMORIM
LUANA RAMOS CARNEIRO

Iniciaram-se no dia 04 de outubro as obras do pronto atendimento do hospital de Januária. O valor total a ser investido na obra será de R\$ 777,4 mil. Três empresas participaram da licitação: Construtora David Ltda, Terra e Teto Engenharia, Retro Máquinas Terraplanagem e Construtora Ltda. A vencedora foi a Terra Teto Engenharia com proposta de R\$ 777,4 mil.

De acordo com o contrato assinado entre a prefeitura e a construtora as obras deveriam ter sido concluídas em 240 dias, ou seja, em 04 de junho de 2011. Este prazo foi prorrogado duas vezes, o primeiro venceu em 02 de setembro de 2011 e o segundo vencerá em 30 de novembro de 2011. Segundo o Secretário de Saúde, André Rocha, atualmente o município dispõe de 60 leitos. Com a ampliação, esse número saltará para 103. Além disso, serão oferecidos 10 leitos em Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) para adultos.

O secretário também garante que as

obras possibilitarão que sejam realizados procedimentos médicos que atualmente não são oferecidos à população. "O hospital hoje é só municipal; com a reforma, tornar-se-á um hospital regional", ele diz. O hospital vai atender aos municípios da microrregião conveniada com Januária: Pedras de Maria da Cruz, Bonito de Minas, Itacarambi e Cônego Marinho.

Na parte em construção, funcionará o pronto atendimento e local onde hoje é o pronto atendimento funcionará laboratório de análises clínicas. A obra só ficará totalmente pronta em 2012, pois segundo o secretário André Rocha há uma segunda etapa a ser feita. O valor total para a realização das duas etapas é de R\$ 5 milhões. Mais R\$ 1 milhão será necessário para equipamentos.

Quanto ao bloco cirúrgico, que está interdito desde 2006, o secretário disse que pretende reabri-lo até janeiro de 2012.

SAÚDE

Obras de construção da nova entrada da cidade estão paralisadas

Com a chegada do período de chuvas, moradores sofrem com o barro deixado pelas atividades interrompidas

HELLEN SOFIA LOPES

A nova entrada da cidade de Januária é uma das obras mais recentes realizadas pelo governo de Minas. É uma obra muito grande e inclusive haverá a ampliação da Av. Marechal Deodoro da Fonseca, que é a atual entrada da cidade. O valor da obra está orçado em R\$ 6 milhões, valor este fixado na placa que está colocada no local onde se inicia a obra.

A estrada que está sendo construída passa pela Vila Margarete, onde há um fluxo concentrado de moradores e uma área que está localizada bem próxima ao rio São Francisco.

Não é possível informar a data exata de início da obra, pois este é um dado que não foi informado na placa e nem foi disponibilizado à socieda-

de. Mas o prazo para execução da obra é de 360 dias e o de entrega é em maio de 2012.

Quem passar atualmente pela obra perceberá que está tudo paralisado. Circulam nas redes sociais que o motivo pelo qual as obras estão paradas foi a necessidade de alterar o projeto original, para evitar a retirada de 77 famílias do local da construção. Será?

Em entrevista concedida à TV Norte de Januária, no mês de setembro, o vereador e então presidente da Câmara Hamilton Viana perguntou: "O que aconteceu que as obras pararam?" E ainda afirmou: "Vou criar uma comissão especial para apurar a paralisação da obra. Espera-se que isso seja feito mesmo e



As obras da nova entrada foram paralisadas, deixando apenas terra e barro na frente da casa dos moradores

apure fato por fato direitinho".

CHUVAS

Podem até achar que é brincadeira, mas parece que esta enorme quantidade de dinheiro foi investida somente em barro, pois esta é exatamente a única coisa que se encontra no local. Segundo um dos moradores mais antigos da região, o ribeirinho João de Deus, "esta obra é uma obra desnecessária, porque ela está fora do foco da entrada da cidade, que começa pela avenida Marechal".

Se esta obra continuar no pé que está, vai ficar muito complicada a situação da vida dos moradores, pois a partir de outubro começa a

época de chuva. Todo este barro ali depositado irá virar lama, o que irá trazer diversos transtornos à população próxima. João de Deus também afirma que já faz 60 dias que as obras estão paradas.

Outro ponto que está sendo questionado é a falta de reuniões públicas para passar informações a respeito da obra para os moradores. Entre elas, saber qual é o objetivo das obras, seus benefícios e malefícios. Esta é mais uma prova de que o poder público dá de tamanha falta de respeito e de consideração com toda a população.

"Nós os moradores não sabemos o porquê a administração nunca falou nada a respeito do projeto", diz João de Deus. Ao relatar isso, era possível perceber a grande revolta de um morador que ama aquele lugar, que foi praticamente "invadido" sem ao menos pedirem licença.

Todos sabem que este é um recurso que veio para a realização da obra. Mas, enquanto estão aí construindo uma entrada mais bonita para a cidade, esquecem-se de diversas e maiores necessidades de Januária, como os buracos no calçamento da cidade, segurança pública, iluminação, educação, saúde.

Cidadãos agora é esperar para conferir o que vai dar. É super importante que todos fiquem ligados para conferir de perto o destino final da obra, pois o dinheiro ali investido é dos impostos que todos nós pagamos. É sempre bom ficarmos de olhos bem abertos.

SAÚDE

Semáforo no centro está quebrado há vários meses

Até o momento não há previsões para o conserto. Segundo a Secretaria Estadual de Fazenda, Januária já recebeu R\$ 470 mil de IPVA em 2011.

ALYSSON MONTIÉRITON ALVES SILVA

Quem passa pela principal avenida de Januária, a Cônego Ramiro Leite, se depara com uma situação de perigo inusitada. Há vários meses, o semáforo localizado na esquina com a Avenida Marechal Eurico Gaspar Dutra está com defeito. A administração Pública colocou no equipamento de comunicação óptica apropriado ao trânsito um aviso de "DEFEITO".

O defeito do semáforo e a demora em consertá-lo têm acarretado sérios riscos aos pedestres, inclusive de atropelamento, entre outros acidentes. O problema vem de longa data. Os moradores das proximidades não entendem a demora na solução do problema. A falta de conserto do semáforo pode custar caro ao bolso do contribuinte. Acidente em decorrência de defeitos na sinalização de trânsito pode gerar ações de indenização contra a prefeitura.

Enquanto o semáforo não é consertado, motoristas, pedestres e ciclistas precisam ter atenção dobrada quando trafegam pelo local. "Eu acho que está demorando o conserto daquele aparelho. Ele é fundamental na orientação aos motoristas e pedestres e sua ausência coloca em risco toda a população. A falta de solução pode gerar acidentes, principalmente considerando o final de ano de festas, quando a cidade recebe muita gente de fora, da zona rural", afirmou Jailson Lopes da Silva, 29 anos, funcionário público.

A situação se agrava ainda mais devido ao alto número de veículos da cidade. De acordo com IBGE, Januária tinha em 2010 um total de 13.771 veículos. Destes, 7.979 são motocicletas, 3.138 automóveis, 969 caminhonetes, 883 motonetas, 312 caminhões, 208 outros veículos, 162 camionetas, 17 utilitários, 15 micro-ônibus, 10 caminhões trator, 7 ônibus e apenas um trator de rodas.

"O aglomerado de carros, motos, bicicletas em Januária está muito grande, principalmente naquele local [do semáforo quebrado], naquelas ruas que ligam ao centro. Há a necessidade de recursos [para consertar] esse semáforo, para que nós tenhamos um trânsito mais organizado. Então, eu acho que está faltando [ação] do poder público, pelo tempo que está com defeito", comentou Jailson.

A população januaense acredita que a demora em consertar o semáforo não é provocada por falta de recursos. Segundo os dados da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais, só neste ano já entraram nos cofres da Prefeitura de Januária R\$ 470,2 mil de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), um tributo cobrado anualmente pela Receita Estadual.

Essa quantia foi paga pelos proprietários de veículos registrados em Januária. "É por isso que nós cidadão de bem, que somos portadores de veículos e que pagamos os impostos em dia justamente para isso, reivindicamos que façam a manutenção do equipamento e solucionem [o problema]", completou Jailson.

A reportagem tentou ouvir a Secretária Municipal de Transportes, Judite Jaques, sobre a previsão de conserto do semáforo, porém, sem êxito.

URBANIZAÇÃO

Falta iluminação pública no bairro Aeroporto

A falta de energia impede que as pessoas realizem tarefas à noite, como conversar na porta de suas casas com vizinhos ou deixar crianças brincarem nas ruas

RANIÉLLY FAGUNDES
rani-elly2008@hotmail.com

Uma noite sob a luz do luar pode até parecer romântico quando é retratada nos filmes mas, na vida real, o clima de romantismo pode dar lugar ao medo. É esse sentimento que toma conta dos moradores do bairro Aeroporto. A falta de energia em algumas ruas do bairro impede que as pessoas realizem tarefas à noite, como conversar na porta de suas casas com vizinhos, crianças brincarem nas ruas, entre várias outras atividades.

De acordo com estudante Thiago Moura, de 19 anos, os momentos de lazer só podem ser realizados durante o período vespertino, pois com a falta de iluminação pública fica difícil realizar algumas atividades. Por exemplo, jogar bola à noite, pelo fato de não poder ficar até muito tarde, além dos matos que dominam o bairro, o que pode gerar atos criminosos.

Apesar da falta de luz, a taxa de iluminação é cobrada, o que deixa alguns moradores revoltados. São R\$ 14 cobrados na taxa de iluminação pela Cemig. O que gera uma pergunta: para onde este dinheiro é repassado? Uma resposta que poucas pessoas sabem é que todo este dinheiro arrecadado vai para o próprio município de Januária. Segundo dados coletados na Câmara Municipal, isso está previsto na lei nº 1958, de 31 de dezembro de 2002. Ela autoriza a Cemig cobrar esta taxa na cidade.

Mas esse dinheiro não parece estar sendo muito bem investido, pois a situação do bairro não é lá das melhores. Há lâmpadas quebradas, muitas ruas sem iluminação, além do mato que já é um problema, o que pode servir de esconderijo de vândalos.

Apesar disso, segundo dados da Polícia Militar, a ocorrência de furtos no bairro foi

pequena este ano. De janeiro a setembro de 2011, só houve 3 furtos registrados até agora. Já no bairro Jatobá, mais iluminado, foi registrada a ocorrência de 10 furtos e dois roubos.

"Nesse sentido, podemos concluir que a incidência dos crimes contra o patrimônio no bairro Aeroporto não estão diretamente relacionados à escassez de iluminação pública. Porém, não se descarta a possibilidade de que a escassez de iluminação pública no local possa comprometer a sensação de segurança da população, uma vez que essa informação é subjetiva", afirma o Sub-Tenente da Polícia Militar de Januária, Tancredo Fonseca de Almeida, em ofício.

Por fim, estes são apenas um dos problemas que o bairro enfrenta. Desde já, os moradores esperam pela melhoria da situação.

LIXO

Moradores convivem com o lixo nas ruas de Januária

ZILMA RIBEIRO COSTA
reportercidadaozil@hotmail.com

Em Januária, há muita sujeira nas ruas. Existe coleta em alguns bairros, porém em outros muito lixo fica sem destino, espalhado de forma inadequada, degradando o meio ambiente e podendo causar danos sociais e à saúde da população. Em algumas ruas, os próprios moradores são responsáveis por retirar o lixo que produzem em suas residências e no local de trabalho. Além do imposto, às vezes pagam carroças e caçambas para retirar os resíduos ou, por falta de opção, os queimam nas portas de suas residências.

De quem é a culpa de toda sujeira de Januária? Da administração pública, que está com a máquina na mão e não presta os serviços devidos à população que paga seus impostos? Ou da população, mal acostumada com a limpeza, sem opção para destinar de forma adequada o lixo gerado em suas residências? E aí fica a indagação da população: para onde está indo o imposto pago pelo cidadão?

A coleta de lixo ocorre diariamente somente no centro da cidade. Ela é realizada pela manhã, exceto aos domingos. Já nos bairros, ela é feita duas ou três vezes na semana, em dias pré-determinados, de acordo com Secretaria Municipal de Obras. Há ainda bairros onde não existe coleta, de acordo com depoimentos colhidos pelos professores do Centro de Educação Integrado do Vale do São Francisco (Ceiva), José Leonardo Nery Silva e Eduardo Dias Ferreira, que realizaram uma pesquisa sobre o destino dos resíduos sólidos em Januária, em 2010.

O pedreiro Jovelino Alves, 68 anos, é um dos moradores insatisfeitos com a coleta de lixo. Morador do bairro Jussara, parte alta da cidade, onde existe coleta de lixo às terças e quintas, ele diz que o serviço é deficitário e deixa a desejar. Segundo ele, a rua fica toda suja mesmo após a coleta. Como a lixeira fica em frente a sua casa, ele mesmo varre a sujeira que os responsáveis deixam para trás. "O prefeito que é responsável por toda a sujeira

da cidade, já que ele é responsável por mandar as pessoas fazerem a limpeza", diz.

Segundo a pesquisa realizada pelos professores do Ceiva, a coleta do lixo em Januária era realizada por dois caminhões compactadores, duas caçambas e um caminhão, sendo que 26 servidores coletores e cinco motoristas faziam o trabalho. "Apesar da disponibilização de todos esses recursos, a prefeitura não vem realizando um trabalho que resulte na satisfação da população local em relação ao meio ambiente urbano", afirmam os professores.

A pesquisa ouviu 234 moradores, dos quais 60% estavam insatisfeitos com os serviços de limpeza e/ou coleta urbana. "Os que opinaram como bom, residem em maior quantidade no centro, mas contraditoriamente, são os que mais demonstraram insatisfação com os serviços prestados pela prefeitura local: 53,12%", afirma a pesquisa.

PLANO DE COLETA DE LIXO

Este ano, nada mudou. A insatisfação da população aumenta e ainda falta atenção à coleta de lixo em nossa cidade. É preciso ressaltar ainda que a população cresce a cada dia, aumentando a produção de resíduos sólidos, sejam eles de origem domiciliar, comercial ou de vias públicas. Com o constante aumento da população e o conseqüente crescimento da cidade, se faz ainda mais necessário um sistema de gerenciamento eficiente dos resíduos sólidos urbanos.

Segundo os auditores em sistema de limpeza pública urbana Raimundo Costa Nogueira e Márcio Soares da Rocha, "a Constituição federal confere aos municípios a competência de organizar e prestar os serviços públicos de caráter urbano, aí incluídas as tarefas de limpeza pública e disposição final dos resíduos sólidos urbanos. Essas prestações de serviços podem ser realizadas pelas próprias prefeituras municipais ou podem ser terceirizadas.

Neste último caso, as prefeituras municipais são responsáveis pelo pagamento das empresas prestadoras de serviços, com base no volume de resíduos sólidos coletados".

O serviço de coleta de lixo deve atender a toda população de Januária. Para que haja uma coleta satisfatória e que atenda a todos os bairros, é necessário que exista um sistema básico de limpeza urbana. Ele deve ser composto de coleta de lixo diária, varrição de ruas, limpeza de locais públicos, como feiras, praças, praias do Rio São Francisco, ruas e lotes abandonados.

Além disso, faltam ações de conscientização da população, que abordem a importância de reduzir a quantidade de lixo produzida e de destinar os resíduos de forma adequada. Por falta de opção, alguns moradores retiram os lixos dos seus quintais e jogam em ruas abandonadas, acreditando estar fazendo a coisa certa. Isso está errado, pois o lixo jogado na rua pode voltar para dentro das residências em forma de animais e doenças. Além disso, degrada o meio ambiente. Como já dizia em um jargão popular: "Cidade limpa não é a que mais se limpa, mas a que menos se suja".

Por fim, é preciso haver um aterro sanitário para destinação final e tratamento do lixo. Segundo a pesquisa dos professores Silva e Ferreira, "os resíduos recolhidos no ambiente urbano são depositados em valas e posteriormente aterrados com terra em uma área de 15 hectares, pertencente à prefeitura e situados a uma distância aproximada de 7 km do centro da cidade". São recolhidos em média, 25 toneladas diárias de resíduos, aponta o estudo. "Não há projetos ativos para a reciclagem. Sua ação em favor da reciclagem limita-se a apoiar os catadores", afirmam os professores.

Foi feita uma tentativa de falar com a Secretaria de Obras da Prefeitura de Januária, por e-mail, no início de outubro. Mas, até o fechamento desta edição, o órgão não enviou resposta.



A cachaça foi reconhecida como patrimônio da cidade em outdoor de comemoração do aniversário de 151 anos da cidade, mas ainda precisa ganhar mais espaço no mercado

ECONOMIA

Aguardente de Januária, uma riqueza que merece atenção

Apesar da qualidade, a cachaça de Januária ainda não se fixou no mercado como uma marca expressiva. Produtores acreditam que a formação de uma associação municipal pode ajudá-los a ter mais competitividade.

DENER GUEDES
denerguedes@bol.com.br

A aguardente em Januária é considerada uma das melhores de Minas e do Brasil e possui boa aceitação por parte dos clientes. Em contrapartida ainda não se fixou no mercado comercial como uma marca expressiva, "Cachaça de Januária". Acontece que atualmente vemos produtores rurais trabalhando individualmente com pequenas produções ao lado de grandes engarrafadoras da cidade e sem o apoio efetivo da administração pública e de uma associação municipal de produtores de cachaça, que não existe.

DECADÊNCIA

Desde meados do século 20, Januária já era conhecida pela fama da qualidade de sua aguardente. O Rio São Francisco que na época permitia a navegação fez da cidade um importante porto comercial e ajudou no transporte da bebida para o escoamento pelo país. Mas segundo a revista Globo Rural, na edição de outubro de 2001, o auge da cachaça em Januária durou apenas até metade da década de 60. "A cidade era famosa pela cachaça e hoje não é mais, é reflexo da decadência que se instaurou há tempos", disse Lícia Carneiro, Sócia-Gerente da Casa Claudionor Carneiro Ltda.

Alguns motivos são apontados na revista como causadores da decadência da cachaça na cidade, como o lucro tentador da época que estimulou a ganância de comerciantes passando a produzir bebidas de baixa qualidade e falsificações e/ou industrializações de outros estados.

O atual Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento, Silvio Gonçalves Moreira, lembrou ainda que: "A inadimplência do município antigamente, fez perder credibilidade e nome do município no mercado, houve perdas inclusive na mídia".

INICIATIVAS

Como uma das iniciativas para resgatar a imagem da cachaça em Januária, próximo à rodoviária, foi posicionado um outdoor que ressalta as riquezas da cidade, entre elas a cachaça, a frase "Terra da Cachaça" seguida da imagem da Aguardente Claudionor pode ser lida por todos.

Sobre o intuito do outdoor, Moreira disse: "Divulgar algo que Januária produz. Trazer a tona os produtos bons. Pois faltou divulgação, sentido de mostrar produtos. Tem que divulgar. Resgatar a tradição". Quanto à escolha da marca Claudionor colocado no outdoor, ele falou: "Além de ser das antigas, é tradicional, mantém a qualidade. Vencedora de prêmios. Até nos concursos ela se mantém bem, porque não usá-la?".

Lícia ressalta que outra medida interessante para retomar a importância do produto januarense seria o desenvolvimento por parte da prefeitura de uma feira da cachaça.

ASSOCIAÇÃO

No Brejo do Amparo, um distrito de Januária, onde as características do lugar como clima quente na maior parte do ano, solo úmido e grande quantidade de fertilizantes naturais, mostra-se propício para a produção de cana-de-açúcar, principal maté-

DENER GUEDES MENDONÇA



Envelhecida em dornas de madeiras, a cachaça ganha aroma e paladar característicos antes de ser envasada

DENER GUEDES MENDONÇA



Aguardente Claudionor

“

A cidade era famosa pela cachaça e hoje não é mais, é reflexo da decadência que se instaurou há tempos

ria prima da aguardente. Todos esses fatores permitem que a cachaça tenha um sabor característico da região, além de serem fatores decisivos para a presença da grande maioria dos produtores de cachaça, cada um com seu jeito particular na produção da aguardente artesanal.

Mesmo com essas particularidades regionais, estes produtores se deparam com algumas dificuldades na comercialização. João Batista Pimenta Lopes, produtor de cachaça há 35 anos, contou um pouco sobre sua realidade: "Não conseguimos comercializar.

MERCADO COMPETITIVO

Buscar o mercado e produzir grande quantidade é difícil". Lopes acredita que uma solução para o problema de comercialização seria a reunião dos produtores em uma associação. "Seria uma forma de criar para comercializar a cachaça. Penso que reuni produtores e reuni forças para melhor vender o produto". Ele contou também que: "Os produtores rurais não têm a cultura de trabalhar em grupo".

A ideia de criar uma associação também é vista com bons olhos pelos engarrafadores. "Seria bom. Trabalhar unido tem mais força para conquistar o mercado. Januária se transformaria em pólo e seria bom para todos. Resgatar a cidade como pólo da cachaça", diz Ursula Marinho Carneiro, também Sócia-Gerente da engarrafadora Claudionor.

O Secretário Moreira também concorda: "Está precisando já. É benéfico. Deveria ter ponto de apoio". Quanto à participação da prefeitura na criação de uma Associação, falou: "Toda a orientação. Isso poderíamos oferecer, pois temos condições e pessoas disponíveis. Os produtores devem se unir e procurar a prefeitura".

COOPERATIVA

Por volta de 2001, houve a tentativa de reunir um grupo de produtores de aguardente. Cerca de 30 produtores do distrito de Brejo do Amparo em Januária, com o interesse de reestruturar a cachaça e lançar uma marca permanente no mercado, uniram-se para criar a Cooperativa dos Produtores de Cana-de-

Açúcar e Derivados Ltda.

Cada cooperado entrega aproximadamente 50 toneladas de cana-de-açúcar para processamento na sede da cooperativa, 35 litros da aguardente são desenvolvidos in natura a cada membro para venda, o restante é engarrafado, recebe o nome da marca "Princesa Januária" e é negociado no mercado.

Hoje em dia a cooperativa não funciona com toda a sua capacidade, havendo inclusive pequenos períodos que se mantém fechada, sem produzir. Segundo o atual presidente da instituição, José Luiz Nunes de Carvalho: "Engarrafar é fácil, o difícil é vender". Comentou ainda que a criação da cooperativa foi bem pensada, mas esperava receber ajuda de órgãos públicos no decorrer de seu desenvolvimento, o que não aconteceu.

A Cooperativa está instalada próximo da estrada de ligação entre Januária e Brejo do Amparo, conta hoje com 28 membros e não aceita novos associados. Seus produtores creditaram ao projeto a esperança de reerguer seu espaço no mercado do país, o que se torna cada vez mais difícil.

ENGARRAFADORAS

As engarrafadoras são empresas particulares, responsáveis por comprar a cachaça dos produtores, engarrafar, rotular, distribuir e vender no mercado comercial. Elas começaram a surgir por volta de 1925 em Januária, muitas infelizmente já não existem mais, outras, entretanto conseguiram se fixar no mercado e fortalecer sua marca tornando-se conhecidas nacionalmente, como é o caso da Aguardente Claudionor, ocupante do 3º Lugar do ranking Play-boy da Cachaça de 2011.

A cachaça Claudionor é estandardizada (compram de um alambique de confiança e engarrafam), vendida em vários estados do Brasil, se mantém no mercado entre as melhores aguardentes graças "ao zelo em manter a qualidade do produto, o mercado mineiro é o mais concorrido", pontuou Ursula. Ela lembrou ainda que se manter no mercado competitivo não é tarefa fácil, é preciso estar regularizado e pagar todos os tributos, além de produzir uma aguardente com qualidade.

JANUÁRIA

Cultura municipal não é valorizada

Rica em potencial cultural e artístico, Januária experimenta um momento de falta de apoio para o setor. Alguns projetos correm o risco de encerrar atividades

LUCAS FERREIRA

lucasoliveiracefet@yahoo.com.br

Conhecida por suas riquezas naturais e artísticas, Januária, a terra do sol, destaca-se por ser um pólo atrativo de cultura e arte. Para quem pretende vir à Januária há uma gama de lugares e movimentos a conhecer. Seja no turismo, na arte, na cultura ou em suas riquezas naturais. Um dos grupos cartão-postal de Januária é o Reis-dos-temerosos, que realiza o resgate das folias dançando e levando arte a todos que os prestigiam. Mas quem conhece e vive neste meio cultural diz que a realidade da cidade é outra e que a falta de colaboração do poder público tem sido constante.

Em toda a extensão de sua história a tradição e a memória, repassadas de pai a filho, foram a garantia da manutenção da identidade do município. Atualmente quando comparamos o passado com o presente percebemos todas as mudanças ocorridas ao longo deste tempo. Infelizmente grande parte do que tínhamos, em nossa cultura, está se perdendo.

A cidade possui entidades específicas que ainda persistem no trabalho de resgate cultural e artístico. Um tanto dependentes de apoio do município, elas exploram o potencial cultural que a população tem e que, inúmeras vezes, não é aproveitado.

Um exemplo de entidade envolvida na causa é a Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes - que possui em suas dependências um centro cultural. Homenageando a professora Zizi Aquino, já foram realizadas diversas oficinas na área, contudo tem seu trabalho ameaçado devido não haver fundos suficientes para a sua subsistência.

Em uma parceria com o Ponto de Cultura januaense, foram mantidos em 2009, durante seis meses, oficinas em artes cênicas, plásticas e musicalização. Atualmente seus trabalhos estão paralisados. Assim relatou o professor Ramiro Carneiro, atual coordenador e professor na faculdade. Em entrevista, a coordenadora do campus, Rosélis, afirmou a falta de interesse da administração pública nos trabalhos realizados pela faculdade em torno do centro.

Segundo ela, o centro possui infraestrutura inicialmente suficiente para atender à procura da população e que o objetivo inicial era criar uma demanda para uma possível instalação de um curso na área. Já foi constatado haver público interessado no serviço prestado, entretanto, sem condições de realizá-lo os seus organizadores esperam outra possível parceria com o Ponto de Cultura. "Para fazer um curso, a primeira coisa neces-

sária é o apoio do município" finaliza ela.

Outro modelo de entidade que realiza feitos em prol da tradição artística são os chamados pontos de cultura. Sob leis de incentivo à cultura, os Pontos de Cultura, como são denominados, funcionam na finalidade de incentivarem formas artísticas no município em que estão inseridos. Eles podem receber doações, além de poderem concorrer a editais lançados pelo governo federal. Em Januária são realizados trabalhos na área do artesanato e artes plásticas. A cidade encontra-se com uma única instalação desta iniciativa.

De acordo Wânia Maria Antunes, coordenadora do único ponto aqui existente, Januária tem capacidade para mais novos três Pontos de Cultura. O ponto, que já contou com apoio da prefeitura, está mantendo-se através do empenho de seus organizadores. Há uma demanda pelos artesãos na cidade, que se utilizam do local para desenvolverem trabalhos e comercializarem os produtos, todavia não há participação do governo municipal em promover o trabalho, ressalta ela.

Inversamente à falta de interesse público o Sesc laces de Januária tem colaboração em diversos projetos na cidade; promovendo e atuando em frentes que defendem a expressão cultural e artística raízes. Além do Sesc, a cidade conta com o suporte de associações, grupos e entidades que, sem fins lucrativos, tentam manter viva a tradição do povo simples e humilde. A Secretaria de Cultura de Januária foi procurada para falar sobre o investimento municipal na área. Mas, até o fechamento desta edição, não houve resposta.

Compreender o porquê do descaso com uma das principais fontes de sustento é o primeiro passo para iniciarmos mudanças nessa realidade. Cabe aos nossos administradores competentes a administração e a adoção de estratégias que solucionem os problemas mencionados.

É observável o fato de todos entrevistados citarem a falta de apoio por parte da administração pública. Não se tem como dizer se foi mera coincidência ou unanimidade na fala popular. A deficiência é grave. É notória a todos que quiserem vê-la. Não há como negar tudo o que se tem e tudo o que se é. É algo que faz parte de cada Januaense. Todos os valores e até a própria caracterização estão arraigados à vida de todos. A memória quer seja ela concreta, ou quer seja ela abstrata, está inerente à identificação de todo um povo. É parte imprescindível na construção do futuro.

volver um papel sócio-cultural, além de representá-la em outros municípios e estados. O questionamento saliente durante a entrevista foi sobre o fato dos foliões serem reconhecidos, mas não serem apoiados. Na realização dos trabalhos, o sustento provém de entidades e iniciativas privadas que garantem a presença deles nos festejos.

Conjuntamente a este projeto são feitos trabalhos de restauração da memória, ou melhor, identidade artística que foi perdendo espaço para outras formas culturais. Ao perguntar sobre seus anseios ele, num tom solene, respondeu: "A Januária que a gente almeja é aquela que tenha homens probos, íntegros, que, mesmo com dificuldades, possam honrar os compromissos com a população. A Januária que a gente sonha é uma Januária que se torne cada vez mais valorizada no seu potencial cultural, turístico, ecológico, ambiental. Uma Januária que cuide da sua população, do seu povo, uma Januária que valorize suas riquezas!" (L. F.)



LILIAN ALVES ANTUNES

Patrimônios históricos estão abandonados

LILIAN ALVES ANTUNES

lilianjanu@gmail.com

Entre muitas riquezas culturais de Januária, que uns desconhecem e outros ignoram, duas permanecem vivas pela fé e força de vontade de uns poucos: a Igreja do Rosário e a Casa da Memória.

A igreja de Nossa Senhora do Rosário no distrito de Brejo do Amparo, há 6 km de Januária permanece de pé, apesar dos longos anos e das intempéries. Datada do século XVII, a igreja foi construída num quilombo orientado por jesuítas, por ordem da esposa de um coronel. Ela ainda conserva os detalhes originais do estilo Barroco, como um coro ao fundo e à esquerda a tribuna. O piso é em campas de madeira. A nave possui dois altares, a capela-mor tem o forro pintado com motivos religiosos.

Só não sabemos por quanto tempo ela vai existir, visto que as suas condições atuais são precárias e lamentáveis. É um patrimônio abandonado, vítima do desprezo da sociedade e da ação de vândalos. Eles ousam depredar mais essa riqueza, escrevendo e pichando nas paredes. Além disso, o sino de cobre foi roubado há poucos anos.

De acordo o artigo "História e Memória de Januária", de Ana Alaíde Amaral, a Lei Municipal nº 1800 de 27/08/1998 dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural. Mas pelo visto é mais uma lei que só existe no papel. Vale ressaltar que a referida igreja é a única construção da cidade tombada pelo IEPHA-MG (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

de Minas Gerais) (http://www.iepha.mg.gov.br/bens-protegidos/index.php?option=com_controlebens&view=informacao&bemid=390).

Sendo o único patrimônio da cidade protegido pelo estado de Minas Gerais, só falta mesmo consciência, interesse e respeito de todos, inclusive os poderes públicos. Pois essa é nossa história e o que estamos escrevendo para as futuras gerações.

CASADAMEMÓRIA

Um outro patrimônio histórico da cidade é a Casa da Memória. Em seu estilo "neoclássico", ela embeleza o centro de Januária. Fazendo jus ao nome, o prédio antigo foi por anos a casa da justiça. Como fórum local, foi centro de muitas decisões políticas. De acordo com alguns, também foi cadeia pública.

Em entrevista com Joana Ferreira de Oliveira, funcionária da Casa da Memória, ela informou que a mesma sobrevive de pequenas colaborações. Sobrevive também da força de vontade de Maura Moreira, cidadã januaense que busca manter nossas memórias através do zelo por peças antigas doadas, pinturas e artesanatos locais e também apoio a eventos culturais promovidos na cidade. A funcionária também relatou que a casa já foi fechada por falta de pessoas para realização da limpeza, problema este que atualmente não ocorre devido a prefeitura municipal disponibilizar dois funcionários para este fim.

Hoje a Casa da Memória exhibe majestosamente a sua história e tantas outras. É o referencial da cultura januaense, tombada em agosto de 1988 como patrimônio do município. Essa é a garantia que ao menos esse patrimônio não será derrubado como outros que hoje são apenas lembranças de quem os conheceu ou de fotos envelhecidas de quem registrou - talvez até turistas, pois as vezes não enxergamos o belo que é nosso, sem que alguém os aponte.

LILIAN ALVES ANTUNES



Folia de reis mantém tradição

Dentre as inúmeras atrações existentes em Januária, há um destaque para os reisados ou especificamente a folia-de-reis, devido a sua notória expressividade na arte em forma de dança. Conhece-se o grupo reis-dos-temerosos ou reis-do-cacete, considerados assim porque seus integrantes vestem-se de marinheiros e apresentam-se munidos de cacetetes, que realizam a marcação no momento da dança. O líder do grupo João Damasceno, filho de folião, artista conhecido por obras na literatura e na arte em geral, completa 20 anos de trajetória a cargo do conjunto e, em entrevista à nossa equipe, foi trazida à tona parte desta longa história.

Tradicional e religiosa a folia-de-reis tem abrilhantado o quadro de atrações da nossa cidade, mas como conta o nosso entrevistado há falta de cooperação por parte do poder público. Januária é considerada, por ele, uma cidade de potencial; o que falta para transformarmos esse potencial em realidade é o apoio necessário.

O grupo é conhecido na cidade por desen-



ECONOMIA

Potencial da agricultura familiar não é aproveitado

Januária precisa comprar alimentos de outras cidades para suprir sua demanda interna, apesar de existirem 27 mil famílias que trabalham com agricultura familiar.

PRISCILA SOUZA

Januária possui uma população de 65 mil habitantes, sendo 33 mil moradores da área rural. O desenvolvimento econômico se baseia na prestação de serviços e na agricultura, principalmente pecuária. Segundo entrevista com Banco do Nordeste e SINTRAF (Sindicato das Agricultura Familiar) a agricultura familiar tem grande peso na vida dos januarenses.

Cícero de Almeida Borém Júnior, Gerente de Negócios do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) para mini e pequenos produtores rurais, conta que o desenvolvimento da agricultura familiar é importante visto o peso que a economia rural tem para o município de Januária que basicamente gira em torno da agricultura e da prestação de serviço não tendo indústrias ou outras fontes de renda. Para exemplificar ele conta que apenas o Banco do Nordeste investe 9 milhões na agricultura familiar por ano no município, sendo 2 milhões do programa AGROAMIGOS.

A agricultura familiar teria impacto numa escala econômica de combater a miséria e ainda gerar renda, saúde e preservação ambiental.

Segundo o SINTRAF a agricultura familiar se caracteriza por produzir o alimento e garantir a subsistência e renda das famílias com um produto saudável. A agricultura familiar agroecológica é uma bandeira do SINTRAF e significa não utilizar agrotóxicos. Se entende que o manejo destes pequenos produtores preserva o meio ambiente, recupera áreas degradadas, assoreadas, preserva o leito das nascentes e, neste ponto de vista, a relação da agricultura tem o potencial de produção sustentável ecologicamente e saudável.

A área rural de Januária é grande

mas não consegue abastecer as necessidades do município que compra mais de 400 toneladas de alimentos de outras regiões do país. A Secretaria Municipal de Agricultura Familiar e a Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) explicam que não é por falta de capacidade produtiva da região, mas outros fatores.

De acordo com dados repassados por José Hélder, presidente do projeto do distrito de irrigação que ainda está para ser implementado, Januária possui mais de 27 mil famílias da agricultura familiar, 274 comunidades rurais com 226 associações comunitárias rurais. Consideradas um dos municípios com maior biodiversidade da região possuindo 125 km só de rio São Francisco, 45 ilhas, mais de 300 vazantes.

As cadeias produtivas da agricultura seriam a do extrativismo, bovinocultura, hortifrutigranjeiro e pesca artesanal. Januária possui a maior reserva de mata nativa do cerrado preservada de Minas Gerais, tornando-se uma das bases de sustento da agricultura familiar pela coleta de frutos do cerrado. Existe ainda a agricultura de mata seca, de veredas.

“

A agricultura familiar teria impacto numa escala econômica de combater a miséria e ainda gerar renda, saúde e preservação ambiental.

“

Em 30 anos de existência o CEASA apenas neste semestre realizou a primeira ação de porte estrutural do CEASA, a organização da feira livre do município, que possui 280 feirantes.

A cadeia produtiva da bovinocultura produz mais de 25 mil cabeças de gado. As culturas regionais geram uma produção no município de 3 mil hectares de milho, 2 mil hectares de feijão, 2 mil hectares de mandioca, 1.500 hectares de cana e 2 mil hectares de cucurbitáceas que são abobora, melancia, melão. Na área de hortifrutigranjeiro Januária produz 30 toneladas de alimentos e compra 470 toneladas de fora.

Outra cadeia produtiva é a da pesca artesanal que de acordo com o acompanhamento da pesca legal cada pescador comercializa cerca de 15 mil reais por ano. E uma última cadeia produtiva de Januária é a apicultura com uma produção de 40 toneladas por ano.

Os gargalos seriam a inadiplência do CEASA (Centro de Abastecimento) e do CEJAN (Central de Abastecimento de Januária) que impedem de receber receita do governo federal, estadual e municipal. Com isso, não se estruturam desta forma para subsidiar a agricultura com áreas de estocagem, armazenamento, transporte para projetos de produção, higienização ou mesmo capacidade de organizar a comercialização, além da dificuldade de escoamento e recebi-

mento da produção pelas estradas distantes e precárias.

Em 30 anos de existência o CEASA apenas neste semestre realizou a primeira ação de porte estrutural do CEASA, a organização da feira livre do município, que possui 280 feirantes.

Entre os gargalos, José Helder diz que falta corpo técnico da EMATER para conseguir realizar uma melhor assistência técnica. Segundo ele, o governo municipal não dá prioridade para essa questão e falta apoio para viabilizar as condições de trabalho como a mecanização, melhores condições de armazenamento, estradas adequadas.

Cléber da Mota técnico da EMATER fala que o que falta é organizar a demanda, garantir ao produtor que sua produção terá escoamento e venda garantida. O solo e o clima da Januária são propícios a muitos cultivos como o de mamão e melão, mas faltam ações integradas das entidades ligadas ao desenvolvimento da área rural de Januária para conseguir colocar a agricultura como prioridade das ações de ordem política e financeira do município, dando o devido valor que a atividade tem, explorando seu potencial.

Cléber da Mota ainda explica que o produtor gasta investindo na produção e no escoamento (transporte que tem altos custos pela distância e precariedade das estradas) o que implica gastos e riscos para o agricultor. O município precisaria de um sistema para garantir o negócio entre produtor e consumidor, garantir e organizar as demandas das duas pontas, de quem fornece e de quem consome, conseguindo garantias e criando incentivo de produção e consumo desenvolvendo a economia do município.

EDUCAÇÃO

Professores querem saber onde foi parar a sobra do Fundeb

LORECI G. FARIAS

Desde 2009 os professores da rede municipal de ensino não vêem a cor do dinheiro do FUNDEB que sobra todo final de ano e que antes era rateado entre eles. Em 2010 a sobra chegou a R\$ 1,1 milhão. Ao dinheiro que deveria ter sido usado para estimular os profissionais do magistério foi desviado para outras finalidades.

Segundo a administração municipal o gasto com a folha de pagamento excedeu a 54%, limite máximo tolerado pela Lei de responsabilidade fiscal. Um dos especialistas nesse assunto é o secretário municipal de educação de Bonito de Minas, Pedro Eugênio. Ele explica que não há correlação entre o limite de gasto com o funcionalismo público (54%) e o investimento mínimo em melhoria dos salários dos professores com recursos do FUNDEB (60%).

Eugênio informa que o percentual de 54% dos gastos do município com folha de pagamento incide sobre as receitas correntes líquidas. Receitas correntes líquidas são os recursos provenientes dos impostos e taxas arrecadados diretamente pelo município (IPTU, ISS e taxas) e as transferências de recursos feitas pelo governo federal e estadual.

Segundo o secretário os recursos do FUNDEB não entram no cálculo do percentual limite estabelecido pela LRF porque são transferidos pelo governo federal com destinação específica que é estimular os profissionais do magistério e melhorar a qualidade da educação básica.

ENTENDA A LEI

Pedro Eugênio esclarece que de acordo com o artigo 22 da lei 11.494/2007 “pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.” Os servidores da educação municipal deveriam contar com outras vantagens englobadas na distribuição do recurso do FUNDEB tais como repasse do poder executivo municipal, plano de carreira, biênio, quinquênio entre outros.

A preocupação em melhorar os salários dos professores foi incluída na constituição de 1988. De acordo com os parágrafos 2º e 3º do artigo 211, “no mínimo 60% do valor anual destinado as prefeituras deve ser gasto com a folha de pagamento dos profissionais do magistério. E os 40% restantes sejam aplicados nas demais ações de manutenção e desenvolvimento, também da educação básica”.

Para Pedro Eugênio, a lei é clara ao determinar que o percentual de 60% é aplicável exclusivamente ao total de recursos do FUNDEB. Portanto, para os gastos com pessoal, não há correlação direta entre o percentual de 60% definido no FUNDEB e o limite de 54% estabelecido na LRF. Ou seja, a lei de responsabilidade fiscal não poderá ser aplicada em cima dos recursos do FUNDEB.

Conforme Eugênio, de tudo o que o município arrecada em impostos e taxas, mais o que recebe de transferência de FPM, 54% podem ser gastos com folha de pagamento o que sobra (46%) o município deve gastar com políticas públicas, como educação, saúde assistência social, transportes, administração, etc. O limite de gasto da receita própria e transferida via FPM com pessoal foi limitado em 54% pela LRF para evitar que o administrador público utilize todo o recurso disponível com folha de pagamento, como acontecia em muitos casos antes da vigência dessa lei.

EDUCAÇÃO

PAV dá suporte para alunos com déficit de aprendizagem

BIANCA KAREN

Alunos com déficit de aprendizagem e com a idade/ano de escolaridade defasados tem a disposição o Projeto Acelerar para Vencer (PAV). Sexta-feira (14), Adriany David Cangussu, analista educacional da superintendência regional de ensino, concedeu entrevista sobre o PAV à repórter cidadã Bianca Karen.

O que é o PAV? E qual é o seu principal objetivo?

O PAV (Projeto de Acelerar para Vencer) é um projeto de aceleração de aprendizagem para alunos com idade /ano de escolaridade defasados. Segundo a resolução SEE/MG nº 1033/2008 seus principais objetivos são: aumentar a proficiência média dos alunos do ensino fundamental, reduzir progressivamente as taxas de distorção idade/ano de escolaridade, promover a aquisição de competências e habilidades básicas indispensáveis ao sucesso do aluno na vida e na escola e fortalecer a auto-estima dos alunos, inserindo-os no ano escolar adequado para o prosseguimento dos estudos.

Qual é a quantidade de alunos matriculados atualmente nos PAVs da cidade?

Em Januária, o PAV atende aproximadamente 72 alunos no 1º período (6º e 7º anos) e 326 alunos no 2º período (8º e 9º anos).

Em quantas e quais escolas os mesmos estão divididos?

Dez escolas estaduais oferecem o projeto em Januária: Cônego Ramiro Leite, Caio Martins, José Manoel Cirino, Monsenhor Florisval Montalvão, Nossa Senhora de Fátima, Princesa Januária, Prof. Onésimo Bastos, Prof. Claudemiro Alves Ferreira, São José, Simão Viana da Cunha Pereira.


Quais são os alunos aptos a se matricularem no PAV? E como é feita a seleção dos mesmos para participarem do programa?

Alunos com dois ou mais anos de defasagem idade/ano de escolaridade em decorrência de múltiplas repetência e evasão.

Quais são os recursos financeiros mensais e anuais que são disponibilizados pelo Governo Federal

ARTE: EDUARDO PASCHOAL

PROGRAMA ACELERAR PARA VENCER



EM JANUÁRIA, ATENDE:
72 alunos de 6º e 7º anos
326 alunos de 8º e 9º anos

O QUE É?
Projeto de aceleração de aprendizagem para alunos com idade ou ano de escolaridade defasados

QUEM PARTICIPA?
Alunos com dois ou mais anos de defasagem de idade ou ano de escolaridade em decorrência de múltiplas repetência e evasão.

ESCOLAS PARTICIPANTES EM JANUÁRIA:

- Cônego Ramiro Leite;	- Princesa Januária;
- Caio Martins;	- Prof. Onésimo Bastos;
- José Manoel Cirino;	- Prof. Claudemiro Alves Ferreira;
- Monsenhor Florisval Montalvão;	- São José;
- Nossa Senhora de Fátima;	- Simão Viana da Cunha Pereira.

para a manutenção do PAV?

A SEE/MG não disponibiliza recursos financeiros sistematicamente para o projeto. Foram viabilizados livros didáticos apropriados e específicos ao PAV, assim como, recursos financeiros para aquisição de acervo literário e capacitação no ano de 2008 e 2009 para professores e especialistas que trabalham com o projeto.

Qual foi o índice de concluintes do PAV desde que foi implantado na cidade?

Não temos dados precisos.

Após a implantação do PAV já é possível perceber alguma mudança na educação e comportamento dos alunos nele matriculados?

Já recebemos depoimentos de escolas a respeito do melhor desempenho dos alunos em anos de escolaridade subsequentes.

O que é necessário para melhorar a qualidade de ensino no PAV? Ou está tudo bem da forma como está?

A postura da escola como um todo deve mudar com relação ao PAV. Esses alunos são frutos da escola, possuem uma defasagem que compromete a autoestima e precisam de atenção especial: os melhores professores, boas estratégias de ensino, a melhor sala, atendimento diferenciado, bons projetos na área de Educação Física etc. Para estimular a permanência dos alunos na escola, evitando a evasão –bem característico dos alunos do PAV.

Há relatos de que uma boa parte dos alunos que se formam no PAV

passam sem saber o básico da educação. Em outras palavras, passam empurrados. Esses relatos realmente se confirmam?

Relatos como esses são comuns no que tange a toda Educação Básica. Nem sempre têm fundamento. É compromisso da escola trabalhar de forma adequada para que todos os alunos consolidem suas capacidades/habilidades no tempo certo. Todos são capazes de aprender e os professores precisam mudar suas estratégias de ensino. Não há espaço para o professor que entra na sala e diz para abrir o livro na página X. Os recursos tecnológicos, se bem utilizados, são ferramentas importantes para chamar a atenção dos alunos contribuindo de forma significativa no processo ensino-aprendizagem.

O governo tem alguma proposta de mudança? Ou de qual será o futuro do PAV?

A proposta do governo é que o PAV seja encerrado este ano. Para tal, é compromisso da escola não gerar mais demanda de alunos para o projeto.

Você concorda com a forma de elaboração e de formação do PAV?

O PAV é um projeto temporário que foi organizado para atender uma demanda significativa de alunos com defasagem, proporcionando oportunidade de acelerar o processo para que recuperassem o tempo perdido. Creio que é uma boa proposta, na verdade, emergencial. O melhor é que não haja demanda para projetos como esse.